

CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO DE ALUNOS DE 1ª SÉRIE DO 1º GRAU, PESQUISADOS JUNTO A SUPERVISORES OFICIAIS DE UBERLÂNDIA

*Eleonora Estela Toffoli Ribeiro
Eulália H. Maimôni
Fernando A. Leite de Oliveira
Sônia Maria de Toledo Cesar*

Da Universidade Federal de Uberlândia MG

Trabalho apresentado na XIII Reunião Anual da
Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto., 1983.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho foi o de pesquisar os critérios de aprovação nas escolas estaduais da cidade de Uberlândia (Estado de Minas Gerais) no mês de dezembro de 1982, e aspectos correlatos a esse assunto. Para tanto, partiu-se do pressuposto de que quando os professores ou supervisores decidem se uma criança é aprovada ou reprovada na 1ª série está utilizando critérios que se referem ao seu modo de entender o processo de alfabetização. Mais especificamente, nesta pesquisa foi perguntado como se avaliava ao final do ano um aluno de 1ª série, quais os erros considerados admissíveis e quais os erros considerados graves que reprovavam tais alunos.

AMOSTRA E PROCEDIMENTOS

A amostra foi escolhida entre 40 escolas estaduais de 1º grau localizadas na zona urbana da cidade de Uberlândia, que mantiveram classes de 1ª série do 1º grau durante o ano de 1982. As escolas foram separadas por sua localização na cidade e foi feito um sorteio por estratificação, sendo escolhida a metade das escolas existentes em cada bairro maior ou em cada conjunto de pequenos bairros próximos, e a metade das escolas localizadas no centro da cidade. Das 20 escolas sorteadas, 4 não puderam ser incluídas pelo fato de não ter sido possível entrevistar os supervisores ou professores da 1ª série durante o mês de dezembro. As 16 escolas pesquisadas constituíram, portanto, 40% das escolas estaduais da cidade de Uberlândia com 1ª série do 1º grau. Essas escolas tinham um total de 101 classes (14% do número de classes de todas as escolas) e 3.793 alunos (41% dos alunos de todas as escolas), com uma média de 37 alunos matriculados por classe, pertencentes às várias classes sociais.

Em cada uma das escolas pesquisadas, foi feita uma entrevista com um roteiro previamente estabelecido, aplicada aos supervisores de ensino de 1ª série do 1º grau de cada escola. Em 3 escolas foram entrevistadas também um professor de 1ª série por escola. Uma pergunta prévia à entrevista se referia a quem fazia a avaliação final da 1ª série ao final do ano. Caso não fosse o supervisor, dever-se-ia sortear um dos professores de 1ª série da escola, o que não foi necessário. O restante do roteiro relacionava-se a como era feita a avaliação referente à alfabetização, quais os erros graves e os erros admissíveis manifestados com maior frequência nessa avaliação, à cartilha utilizada nas classes, à matrícula de alunos com menos de 7 anos na 1ª série do 1º grau, ao mês em que os supervisores ou professores sabiam quais os alunos seriam aprovados ou reprovados e os motivos dessa antecipação. As entrevistas foram aplicadas pelos autores desta pesquisa, os quais tiveram ocasião de procurar obter outras informações a partir das respostas ao roteiro dado.

RESULTADOS

Quem avalia e como avalia. A maneira como o aluno é considerado alfabetizado ou aprovado para a 2ª série do 1º grau está diretamente relacionada em todas as escolas pesquisadas a dois modos de avaliação: as realizadas durante o ano letivo, mensais, bimestrais ou semestrais, e a final. Em todas as escolas, o peso principal no que se considera ser alfabetizado ou aprovado está nessa última avaliação. E, se de modo geral (90%) nas escolas, a avaliação durante o ano é feita pelo supervisor em conjunto com os professores, na avaliação final ela é ministrada pelo supervisor a quem cabe o peso maior na decisão de aprovar ou não.

Durante o ano letivo, o professor aplica provas escritas mensal ou bimestralmente. As provas são em 80% dos casos elaboradas pelo supervisor e constam de ditado, interpretação do texto, composição, exercício de formação de palavras e de separação de sílabas, entre outros. Em 10% das escolas, o ditado é feito semestral-

mente.

De modo geral, se o professor se preocupa com a escrita durante o ano, a leitura é mais decisiva na avaliação final. O teste final de leitura é aplicado, em 90% dos casos, pelo supervisor e nos restantes pelo diretor, os quais observam se a criança lê, e como é feita a leitura: escandindo sílabas ou corretamente, e se entende o que lê, respondendo a perguntas de interpretação do texto. Nesse teste final são utilizadas outras cartilhas ou um livro de 1ª série equivalente à cartilha utilizada pela criança. O aluno é aprovado se obtém nota considerada mínima na prova escrita e se passa no teste de leitura. Se o aluno não alcança o critério, fica para recuperação, ou durante o ano, ou ao final do ano.

Erros admissíveis e erros graves no teste final de 1ª série. Parece haver grande variabilidade quanto ao critério de aprovação de escola para escola no que diz respeito à leitura. Em 45% das escolas, são reprovados alunos que não lêem sílabas de 3 letras, que não pronunciam *m*, *r* e *s* finais, que trocam palavras na leitura, gaguejam durante a leitura, que não são capazes de interpretar, ou lêem e não conseguem escrever. Em outras 50% das escolas, são aprovadas crianças com todos esses erros e mais erros de pontuação e acentuação. Apenas 5% das escolas não permitem qualquer tipo de erro para aprovação na leitura.

Quanto à escrita, 25% das escolas reprovam por incapacidade de escrever fonogramas tipo *fl*, *gr*, *br*, por trocas de sílabas ou letras em geral, por substituição de palavras, ou por incapacidade de formar palavras novas. Enquanto isso, outras 25% das escolas permitem trocas de letras ou supressão das mesmas na aprovação das crianças.

Quanto aos erros combinados de leitura e escrita, 25% das escolas reprovam pela combinação dos erros acima citados e também quando a criança não lê nem escreve nada. Em outras, 25%, são aprovados ou alunos que cometem tais erros, exceto quando não é realmente capaz de ler ou escrever nada. Parece haver constância de critério apenas para aqueles casos onde as crianças claramente não lêem nem escrevem em hipótese alguma.

Quanto ao critério leitura, 45% das escolas enfatizam a leitura em si como critério de reprovação. A escrita é menos enfatizada em 25% das escolas como critério de reprovação em relação à leitura.

Parece haver a crença de que quem lê, escreve, daí a ênfase na leitura na maior parte das escolas. Parece também haver a crença segundo a qual quem copia pode não saber ler. Por outro lado, a relação de erros admissíveis para a aprovação em 50% das escolas mostra que apesar da ênfase estar no teste final de leitura, permite-se, em 20% das escolas, que a criança passe com erros de leitura, o que indica uma certa ênfase de fato na escrita, nessas escolas.

Cartilha utilizada. São utilizadas nas escolas pesquisadas 8 cartilhas diferentes, sendo as mais usadas *Caminho Suave* (45%) e *Miloca, Teleco e Popoca* (35%). Quanto ao método subjacente às cartilhas, em 8 escolas são usadas cartilhas com o método silábico e em 8 são usadas com o método fônico. Duas escolas usam cartilhas com o método global. As cartilhas com o método silábico são usadas para classes mais fracas e de repeten-

tes, enquanto que o método fônico é mais usado para classes de iniciantes. Algumas escolas usam uma determinada cartilha por ter ganho uma certa quantidade das mesmas.

Alunos com menos de 7 anos. A partir das informações prestadas nas entrevistas, pode-se afirmar que 75% das escolas não aceitam crianças com menos de 7 anos ou o fazem como exceção. As escolas restantes, que correspondem àquelas situadas no centro da cidade, aceitam alunos de 6 anos por existirem vagas ou por pressão dos pais. Essas crianças são todas provenientes da pré-escola e nas entrevistas com supervisores dessas escolas, foi afirmado que não havia muita diferença no desempenho de alunos de 6 e 7 anos; embora afirmassem que eles diferiam no modo de se comportar, sendo considerados por isso, mais imaturos e desatenciosos. Uma supervisora mostrou acreditar que alunos que entram na escola com menos idade, apresentam dificuldades na 3ª série.

Previsão sobre aprovação ou reprovação de alunos. Procurou-se conhecer em que mês do ano a escola poderia dispor de um veredito aproximado a respeito da aprovação ou reprovação da criança e encontrou-se a seguinte distribuição percentual acumulada dentre as 16 escolas:

— até os meses de junho/julho	30% das escolas
— até agosto	50% das escolas
— até setembro	60% das escolas
— até outubro	80% das escolas
— até novembro	100% das escolas

Observou-se, portanto, que em 50% das escolas, professores ou supervisores pareciam julgar-se em condições de, já no mês de agosto, prever o desempenho escolar do aluno até o final do ano, em função de algumas características tais como "aproveitamento e desenvolvimento do aluno", tendo algumas escolas citado aspectos de comportamento, de coordenação motora, memória, etc.

É fato conhecido que essa previsão apresenta pequena margem de erro, e serve de base para freqüentes remanejamentos de alunos, realizados com o objetivo de homogeneizar as classes e situar o aluno em sala compatível com seu nível de aprendizagem. Sabe-se também que cada classe apresenta um grau específico de exigência, maiores ou menores limitações, diferentes ritmos e oportunidade de maior ou menor estimulação quanto a pré-requisitos necessários ao processo de alfabetização.

Deve-se ressaltar ainda que, apesar da importância atribuída às avaliações finais (principalmente testes de leitura), apenas 20% das escolas visitadas, relatam que sabem que o aluno será aprovado ou reprovado apenas no último mês de aula, provavelmente nesses casos por

basear-se realmente em observação do desempenho acadêmico de cada criança, escapando à estereotipia.

Outras informações. Pareceu relevante o número de informações sobre as experiências anteriores da criança na pré-escola. A maioria dos informantes relatou que a criança que faz a pré-escola tem maior oportunidade de sucesso na aprendizagem da leitura e da escrita.

Grande parte dos informantes atribuem o fracasso de crianças ao nível sócio-econômico baixo, à deficiência alimentar, à pequena assistência e incentivo por parte dos pais.

Houve também relevância no que se refere ao método de alfabetização. Observou-se que a maioria das escolas usa método misto: o fônico mesclado com o de silabação. O método global também se torna silábico numa fase posterior. Houve, em geral, dados referentes à ineficiência do método fônico, no que diz respeito à escrita. Muitas afirmações revelam que o método fônico facilita a leitura, porém traz problemas para a escrita, como por exemplo, troca de letras ou supressão destas.

Pelas informações coletadas, depreende-se que, por ocasião de remanejamentos durante o ano, o aluno muda freqüentemente de professor, o que diminui suas chances de aprovação.

Os resultados podem ser discutidos em termos das expectativas negativas dos professores e supervisores em relação às possibilidades de aprendizagem dos alunos de nível sócio-econômico baixo e dos que não cursaram a pré-escola, considerando a atuação dessas expectativas como "profecias auto-realizadoras".

Tais profecias, além de pesarem sobre indivíduos e classes, parecem aplicar-se também à clientela em geral de uma dada escola e ser a base das diferenças encontradas entre os critérios de aprovação utilizados por supervisores. Isto sugere a necessidade do estabelecimento de critérios mais objetivos, padronizando-se um mínimo comum sobre o que se considera como "ser alfabetizado", em vista de o aluno ter oportunidade de ser avaliado de acordo com seu real desempenho. Deste modo, as estatísticas sobre reprovação também poderiam tornar-se mais confiáveis.

Algumas recomendações foram feitas à administração do ensino público, por quem a pesquisa foi solicitada, em especial no que diz respeito ao treinamento de professores de 1ª série e ao alargamento do período previsto para o processo de alfabetização, permitindo ao aluno a continuidade desse processo do ponto em que seu conhecimento se encontra, diminuindo as experiências negativas e frustrantes da reprovação ao final da 1ª série.

